

---Aos onze dias do mês de Maio do ano de dois mil e nove, pelas vinte e uma horas e quinze minutos, no Edifício do Auditório da Casa da Música, reuniu extraordinariamente a Assembleia Municipal do Concelho de Óbidos, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

---Ponto número um – Apreciação e eventual aprovação da Proposta de Concurso Público para a Concessão do Direito de Exploração do Equipamento com Funções de Apoio de Praia do Bom Sucesso – Lagoa;-----

---Ponto número dois – Apreciação e eventual aprovação da Proposta de Caderno de Encargos e Programa de Concurso Público para a Concessão do Direito de Exploração do Equipamento com Funções de Apoio de Praia do Bom Sucesso – Lagoa;-----

---Ponto número três – Período fora da ordem do dia.-----

---Tendo-se procedido à chamada, verificou-se a ausência dos Senhores Deputados Maria Cristina Fernandes Rodrigues, José Luís Rocha de Oliveira e Ana Catarina Brás de Carvalho, que foram substituídos pelos Senhores Deputados Maria Helena da Nazaré de Castro Martins Correia, Alexandre dos Santos Ferreira e Luís Manuel Oliveira Noronha Tudela, respectivamente, Luís Carlos Guimarães de Carvalho, os quais justificaram as suas faltas à presente reunião e Joaquim Elias Timóteo Carlos.-----

---Como havia quórum, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu início aos trabalhos.-----

---PONTO NÚMERO UM – APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE CONCURSO PÚBLICO PARA A CONCESSÃO DO DIREITO DE EXPLORAÇÃO DO EQUIPAMENTO COM FUNÇÕES DE APOIO DE PRAIA DO BOM SUCESSO – LAGOA: -

Presente para apreciação e eventual aprovação, a Proposta de Concurso Público para a Concessão do Direito de Exploração do Equipamento com Funções de Apoio de Praia do Bom Sucesso – Lagoa.-----

---O Senhor Presidente da Câmara disse que no artigo dezassete, número um, do Programa de Concurso, onde se lê “vigésimo dia”, deve ler-se “nono dia”. A concessão resulta do facto da Câmara Municipal ter obtido todas as autorizações e todas as condições legais para poder proceder à exploração deste equipamento. Este equipamento foi aprovado pela Câmara em dois mil e três. Foi uma construção relativamente rápida, em madeira, que se integrou na altura em que se estava a fazer a alteração do PU Turisbel – Casalito. Tratava-se de dignificar aquela zona. Tiveram sempre um acompanhamento bastante grande por parte da CCR. Hoje é obrigatório que as praias tenham planos de praia. O equipamento foi visitado pelo Presidente da Comissão Regional e por diversos técnicos. Demoraram cinco anos a resolver o problema, devido a problemas burocráticos. As autorizações estão dadas. Acabaram por ter um apoio de praia, para dar resposta a quem frequenta a Lagoa, e por criar uma praia. O equipamento é para ter utilidade pública. Nesse sentido estão a agir rápido. É mais um problema que resolveram. É uma vitória sobre quem desejava que o assunto não se resolvesse. O Bom Sucesso tem tido muitos problemas, alguns dos quais já foram resolvidos. A Câmara não tem o poder de alterar a REN. Tentaram ajudar um conjunto de proprietários que têm terrenos na REN, mas não conseguiram. Foi rejeitado pela CCR que se recusa a dar pareceres sobre construções de moradias. Não podem responsabilizar o Executivo por problemas que foram criados antes. Podem fazer política baixa, ameaças, chantagens, mas estará sempre presente para esclarecer, para conversar, para dialogar e

para dar toda a informação que for pedida. Não é preciso perder a dignidade para ajudar a resolver os problemas do Concelho. As Assembleias Municipais e a Câmara Municipal são fóruns de esclarecimento, de debate e de confronto das coisas. Se houver informação que falte dar, ou qualquer dúvida que seja legítima, estão disponíveis para dar o seu contributo, no sentido de colmatar. Sempre que a Câmara resolve um problema, tenta-se criar um outro. Se tiverem dúvidas façam favor de as colocar, porque existem pessoas qualificadas para dar detalhes sobre o enquadramento desta questão. É ofensivo para o Presidente da Câmara, alguém pensar que procura enganar quem quer que seja. Não admite a ninguém que possa pensar que o Presidente da Câmara traz para a Assembleia Municipal uma questão de lançamento de uma concessão, sem ter tudo devidamente legalizado. Gostava que acabasse a estratégia de enlamear. Se a Câmara de Óbidos não fosse uma instituição de bem, já tinha praticado uma concessão à cinco anos atrás. Recusa pôr uma concessão de equipamento enquanto não estiver tudo preto no branco. Sentiu-se muitas vezes enganado neste processo. Fazer política é falar verdade, quando as coisas correm bem ou mal. Se alguém ficou triste por terem resolvido o assunto, lamenta. Nunca ninguém perguntou se precisavam de ajuda. Se tiverem contributos a dar, a proposta pode ser enriquecida, embora não se possa perder nem mais um dia. Vamos fazer um esforço para que a iniciativa privada ainda possa aparecer durante esta época balnear. A parte do investimento do plano de praia é ainda para executar. Há toda a melhoria na intervenção de uma obra de mais de oitocentos mil euros na Aldeia dos Pescadores. Todos os Obidenses vão ter orgulho no Bom Sucesso.-----

---O Senhor Deputado João Lourenço disse que tem alguma sensação de alívio por ver este problema resolver-se. Sabe Deus se não terão contribuído também, com algumas insistências, na sua resolução. Não foi mandado um plano de requalificação da zona. Perguntou se o mesmo existe. Pediu esclarecimentos sobre o problema dos proprietários dos lotes. O parecer diz que a autorização é condicionada. Perguntou se os condicionalismos que são colocados constam, ou não, dos documentos que são apresentados hoje a votação. O caderno de encargos e o documento de concessão contemplam os condicionalismos. Os documentos foram mandados às quatro e meia da tarde. Se não tivesse enviado em email a pedir esses dados, naturalmente não tinha agora possibilidade de falar e de dizer que está resolvido este imbróglio. Não foi mandado com a ordem de trabalhos. Não diz que a informação não vai, mas é insuficiente. Se não tem reclamado a informação não ia. Isto não é uma estratégia de enlamear. Sempre se disponibilizaram para ajudar no aperfeiçoamento de documentos, como, por exemplo, o Código de Posturas, tendo sido sempre recusada qualquer colaboração. Achava bem que se colocasse um ponto na ordem de trabalhos para falar dos Bombeiros. Não vê razão para o Senhor Presidente ficar aborrecido com o pedido de documentos, porque já tinha dito que a partir do momento em que o relatório do Tribunal de Contas fazia tantos reparos, em tantas matérias, a que chamou trapalhadas jurídicas, pediam a documentação e querem saber em que termos está redigido, está feito, está apresentado. Tinha algum mal os documentos terem sido enviados com a ordem de trabalhos. Isto é tratar as coisas de boa fé. Perguntou se o prazo de nove dias não é pequeno e dez nos de concessão não é muito.-----

---O Senhor Presidente da Câmara disse que têm que ser verdadeiros. Os documentos foram solicitados sexta-feira à noite. O Senhor Deputado enviou-lhe um comunicado insultuoso. Faz

acusações, não faz um pedido. Não foi entendimento enviar os documentos, não havendo maldade nisso. Acha que não é correcto fazer-se ameaças e chantagens. O Grupo Parlamentar do PS escreveu uma carta dizendo que se não tivesse os documentos até á hora da Assembleia, não comparecia á mesma. Isto é uma vergonha. A Câmara merece mais respeito. O Tribunal de Contas faz recomendações a todas as organizações, pelo que não devemos utilizar esse tipo de argumentação. O Senhor Deputado passa um atestado de menoridade ao Vereador do PS que está na Câmara a assistir a estas questões. O Vereador soube sempre tudo em primeira mão. O Senhor Deputado pode pedir os documentos, mas não tem que fazer chantagem. É um falta de respeito pela Assembleia Municipal, porque o assunto que está agendado tem informação suficiente. Se quer informação complementar, pode pedir em termos de boa educação e de forma elevada. Todos os contributos que o Senhor Deputado dá na apreciação de propostas da Câmara, são registados e se têm peso, são tomados em conta. Os planos estão disponíveis para consulta. Os prazos foram discutidos com os técnicos. Vão tentar que todas as condicionantes postas pela CCR sejam cumpridas. O PS disse publicamente que as estruturas eram construídas em betão armado. Fizeram tudo para que isto não fosse resolvido. A Câmara em dois mil e quatro aprovou uma proposta para tentar resolver os problemas dos lotes. A CCR não aceitou esta proposta. Fizeram as infra-estruturas e deixaram-nas à porta desses lotes, na esperança que o problema viesse a ser resolvido. Desafiou o PS a propor uma solução. O ordenamento do território é o verdadeiro monstro deste País. Os políticos não deviam dizer às pessoas que é fácil. O Senhor Vereador já disse uma coisa do género: “resolveram os problemas da Câmara, mas os dos proprietários não. Vamos revoltar-se contra a Câmara, vamos lá”. Está a ver que isto vai acontecer. Vamos ser justos e falar verdade.-----

---O Senhor Deputado Frederico Garcia disse que o artigo décimo quinto do regimento prevê que qualquer Senhor Deputado, individualmente, ou através do seu Grupo Municipal, pode propor à Mesa da Assembleia a inclusão de qualquer assunto, desde que seja da competência desta Assembleia, que deseje ver aqui discutido e votado. O pedido é feito por escrito.-----

---O Senhor Deputado José Capinha felicitou o Município de Óbidos, por mais uma vez trazer à Assembleia Municipal, mais uma obra, mais um investimento para todos e mais equipamento, que a todos servirá. O apoio de praia é uma infra-estrutura que não existia, numa praia que á largos anos dele necessitava. Promove e requalifica o local, promovendo ainda mais o potencial turístico da Lagoa de Óbidos. Este Executivo mais uma vez soube o que faltava. Este assunto revela, de forma muito clara, diferenças de atitude e de postura que os dois partidos que têm responsabilidades no Concelho apresentam. Este Executivo faz obra e bem. O lote onde foi construído o edifício tinha previsto o equipamento de restaurante. O PS nas suas anteriores gestões da Câmara de Óbidos permitiu que a publicação da carta da REN se sobrepusesse ao alvará de loteamento, lesando os interesses do Município e lesando também os interesses de alguns proprietários. Para quê trazer para este debate que este equipamento necessário, mobilizador e digno, foi executado pelo PSD. Isto não interessa. Para quê trazer para este debate que o monstro burocrático que este País tem, bloqueia tudo e todos, fazendo com que qualquer decisão se prolongue por anos e anos. Quando se posicionam política e activamente na crítica fácil, tudo se torna mais simples. É hoje mais notícia, posicionarmo-nos no lado de quem faz. A democracia é feita de todas as posições, incluindo as que defendem os que legitimamente

executam aquilo para que foram eleitos. Fiscalizar não é procurar denegrir. O facto que hoje é apresentado merece as melhores felicitações e força para continuar.-----

---O Senhor Vereador José Machado, na defesa da sua honra, disse que o problema começou mal, mas tem que ser resolvido. A obra não devia ter começado sem autorização da Administração Central. Foi com dificuldade e empenho que se conseguiu regularizar a questão, cuja culpa é exclusiva da Câmara, no mandato anterior, onde todos aprovaram por unanimidade. Tal como já tinham aprovado também, os dois partidos, quando foi dos G's. Quando há problemas, têm que tentar resolve-los. Resolveu-se este, que no caso da REN, foi a Administração Central a responsável. Persiste um problema, que todos reconhecem e que é uma injustiça, a qual tem que se resolver. O Senhor Presidente da Câmara lançou um desafio, que aceita, e portanto vão todos em boa colaboração, resolver mais esse problema, que tem origem na Administração Central, esperando que ele acabe um dia.-----

---A Senhora Deputada Anabela Corado disse que não percebe porque é que o Senhor Presidente da Câmara fica tão agastado quando perguntam, porque fiscalizar não é denegrir. Quando pedem determinado documento não estão a duvidar de ninguém. A primeira vez que o assunto veio à Assembleia Municipal, vinha também a cedência de exploração deste equipamento. Nessa altura perguntou se podia haver algum problema com aquela construção, naquele local. O Senhor Presidente da Câmara respondeu textualmente que não havia problema nenhum, porque era uma estrutura amovível. Pode não ser uma estrutura de betão, mas também não é amovível. Apesar de ser de madeira, não podemos ir lá buscar e por noutro sítio. Respondeu isto, pelo que esta questão não é tão clara desde o início. Perguntou se os oitenta mil euros, para a conjectura económica actual, não são exagerados. Perguntou também o que a Câmara pretende fazer se por acaso não aparecer ninguém.-----

---O Senhor Deputado Albino Sousa disse que não percebeu nada sobre a defesa da honra do Senhor Vereador José Machado.-----

---O Senhor Presidente da Câmara disse que as palavras de incitamento são sempre bem vindas. Se a Senhora Deputada se lembra tão bem que era uma estrutura amovível, porque é que o PS disse mais do que uma vez, que construíram os restaurantes de madeira assentes numa estrutura de betão armado. Tiveram técnicos da CCR local encarregues de fazer um parecer, porque lhes vieram colocar estas questões. É uma estrutura amovível. O centro náutico no Bom Sucesso é um privado que o vai fazer. A Câmara não faz mais estruturas para o turismo naquele local.-----

---O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal disse que hoje deixou que os Senhores falassem um pouco mais, porque a ordem de trabalhos era mais curta.-----

---Como não houve mais intervenções, foi a Proposta de Concurso Público para a Concessão do Direito de Exploração do Equipamento com Funções de Apoio de Praia do Bom Sucesso – Lagoa, posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

---PONTO NÚMERO DOIS – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE CADERNO DE ENCARGOS E PROGRAMA DE CONCURSO PÚBLICO PARA A CONCESSÃO DO DIREITO DE EXPLORAÇÃO DO EQUIPAMENTO COM FUNÇÕES DE APOIO DE PRAIA DO BOM SUCESSO – LAGOA: - Presente para apreciação e eventual aprovação a Proposta de Caderno de Encargos e Programa de Concurso Público para

a Concessão do Direito de Exploração do Equipamento com Funções de Apoio de Praia do Bom Sucesso – Lagoa.-----

---O Senhor Presidente da Câmara disse que na cláusula nona, número um, onde se lê “noventa dias”, deve ler-se “cinco dias” e no número dois da mesma cláusula, onde se lê “sessenta dias”, deve ler-se “quarenta e cinco dias”.-----

---Como não houve mais intervenções, foi a Proposta de Caderno de Encargos e Programa de Concurso Público para a Concessão do Direito de Exploração do Equipamento com Funções de Apoio de Praia do Bom Sucesso – Lagoa, posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

---Foi presente a declaração de voto que a seguir se transcreve: “Declaração de Voto – O Grupo Municipal do Partido Socialista na Assembleia Municipal Extraordinária de Óbidos, em sessão de onze de Maio de dois mil e nove, votou a favor, dos pontos da ordem de trabalhos relacionados com um concurso público de concessão de apoios de praia do Bom Sucesso – Lagoa, não deixando, contudo, de declarar o seguinte: Um – O PS, apesar de tudo, considera positiva a resolução deste complicado problema da zona do Bom Sucesso, que há tanto tempo se vem arrastando, e que é o resultado duma construção clandestina efectuada pela Câmara PSD. Dois – O Executivo PSD, que tanto condenou o anterior Presidente da Câmara, Pereira Júnior, a propósito dos edifícios G’s, acabou por fazer o mesmo, ou pior. E, ao contrário do que então fizeram, como oposição, exigindo o estrito cumprimento da Lei, exigiram agora a boa colaboração das entidades públicas para a resolução do problema que criaram em dois mil e quatro, ao construir clandestinamente, em plena zona REN – Reserva Ecológica Nacional, em plena duna, no frágil ecossistema da Lagoa de Óbidos, dando como autarquia o pior exemplo aos particulares. Três – A solução encontrada é artificiosa, pois é óbvio que os restaurantes construídos não configuram o conceito de “apoios de praia”. Havia, porém, que regularizar a situação, que manchava a actuação desta Câmara. Não deixamos, contudo, de manifestar a nossa preocupação pelo modo como administrativamente foi tomada a decisão de suprimir quarenta e quatro mil metros quadrados da zona REN ao Concelho de Óbidos, na zona protegida da Lagoa, no quadro da solução encontrada para a resolução do problema. Quatro – Apesar das provocações insultuosas do PSD nesta Assembleia, o Grupo Municipal do PS mantêm-se fiel às suas responsabilidades autárquicas e manifesta a sua concordância a uma solução destinada ao benefício e progresso das populações do Concelho. Cinco – O Grupo PS lembra e salienta que ainda estão por resolver as dificuldades e os prejuízos com que os proprietários dos lotes existentes no local ainda se debatem para verem legalizada e regularizada a sua situação. Os pequenos proprietários desses lotes com infra-estruturas, destinados a moradias de um piso (tal como outros existentes ao seu lado), pagam anualmente imposto de terreno para construção, mas não é autorizada a edificação, quando a Câmara Municipal construiu num lote ainda mais próximo da lagoa e que consegue agora regularizar alterando a designação de “restaurantes” para “apoio de praia”. Seis – Chama-se ainda a atenção para o facto do investimento feito pela Câmara há cinco anos, com dinheiro público, demore, conforme o Caderno de Encargos agora aprovado, mais de vinte anos a ser recuperado. Sete – Saliente-se, por útil, que afinal mereceram a pena as críticas do PS na praça pública, chamando a atenção para o injusto da situação e a necessidade urgente da sua resolução.”.-----

---PONTO NÚMERO TRÊS – PERÍODO FORA DA ORDEM DO DIA: - Foi dada a palavra aos Municípes presentes.-----

---O Munícipe Senhor João Manuel dos Santos, residente no Vau, perguntou se seriam construídos sanitários para apoio de praia da Lagoa de Óbidos.-----

---O Senhor Presidente da Câmara disse que o apoio de praia tem uma área de balneários, onde consta toda a informação, como postos de socorros, etc.. Vai haver um acesso á praia e vão ser criadas zonas para os nadadores salvadores.-----

---O Senhor Deputado Humberto Marques disse que o apoio de praia tem, além do que foi focado, um posto de primeiros socorros. O concessionário tem obrigação de garantir a sua candidatura à Capitania do Porto de Peniche, para se candidatar à segurança e vigilância do plano de praia. Dez anos tem a ver com o investimento que está feito. Quanto mais curta for a concessão, mais difícil é amortizar o investimento. Os condicionantes devem-se entender como recomendações, já que são mais mecanismos funcionais, de melhor funcionamento do estabelecimento. O investimento do plano de praia está a ser calculado e deverá ser de meio milhão de euros. Vão apresentar uma candidatura para suportar este investimento. Numa reunião final, os técnicos da CCR disseram que a melhor solução seria demolir, uma vez que as estruturas eram de betão. Perguntou porquê, tendo-lhe sido respondido que estava num comunicado do PS. Houve necessidade de haver mais duas reuniões no local para os técnicos verem que não eram de betão. O que se escreve pode ter uma dimensão violentíssima no desenvolvimento dos trabalhos e naquilo que é o interesse do Município. Há que ter alguma responsabilidade quando se escreve e quando se tece um conjunto de considerações.-----

---O Senhor Presidente da Câmara disse que as obras custam cerca de quinhentos mil euros, mais os oitocentos mil euros das obras da Aldeia dos Pescadores, junto à praia, num investimento de um milhão e trezentos mil euros. Não tem nada a ver com esta concessão. Esta concessão é só para explorar, com as obrigações de garantir vigilância e custear o serviço dos nadadores salvadores. Vão fazer uma candidatura a fundos comunitários para cumprir o processo. Era impensável o Concelho, com sete quilómetros de costa e uma Lagoa maravilhosa, não conseguir um apoio de praia. Espera que apareçam boas propostas, com bons serviços e com boa qualidade gastronómica. Está prometido o lançamento de concurso de dois apoios de praia pelo Ministério do Ambiente e a criação do centro náutico do braço do Bom Sucesso. Com estes quatro equipamentos garantem uma fixação em pontos muito interessantes e bonitos da nossa costa e dão um passo na qualificação do turismo. Agradeceu à Assembleia Municipal a sua disponibilidade e por ter aprovado os pontos da ordem de trabalhos por unanimidade.-----

---O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse que foi a Assembleia Municipal que teve mais interrupções durante o período de tempo em que alguns dos seus participantes falavam. Espera que todos tirem dessa situação uma conclusão. Nas próximas Assembleias Municipais deve ser feito um esforço para que tal não volte a suceder, porque quem se prejudica é o órgão em si.-----

---Como não houve mais intervenções, foi encerrado este ponto da ordem de trabalhos.-----

---Não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão, pelas vinte e três horas e vinte minutos do dia onze de Maio do corrente

ano. E eu, Frederico Manuel de Sousa Garcia, Primeiro Secretário desta Assembleia Municipal,
lavrei esta acta que vou assinar.-----